

O ensino da psicofarmacologia na formação inicial dos psicólogos portugueses: Estado da arte

Ana Beatriz Leite¹, Carlos Fernandes da Silva², Anabela Sousa Pereira³
e Daniel Ruivo Marques⁴

Resumo

A psicofarmacologia representa, cada vez mais, uma área de conhecimento com importantes implicações na atuação profissional dos psicólogos. Em vários países, tem-se assistido, ao longo dos últimos anos, a uma crescente importância dada à formação em psicofarmacologia para psicólogos. O objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento dos planos curriculares de todas as instituições de Ensino Superior portuguesas que lecionam cursos de licenciatura e mestrado em psicologia de modo a verificar quais destes incluem unidades curriculares sobre psicofarmacologia. Para tal, foram recolhidos dados através do sítio da Direção Geral do Ensino Superior (DGES) e dos sítios oficiais das instituições de Ensino Superior durante o mês de julho de 2021. Os resultados observados indicam que a formação em psicofarmacologia, apesar de existir, é em número reduzido. Num total de 97 cursos de licenciatura e mestrado em psicologia analisados, apenas 11 unidades curriculares relacionadas com psicofarmacologia foram identificadas, sendo que três destas são ministradas na mesma instituição. No geral, estes dados sugerem que a formação em psicofarmacologia dada nas formações iniciais dos psicólogos, apesar de existir, é ainda

1 Universidade de Aveiro, Departamento de Educação e Psicologia, Campus Universitário de Santiago, Aveiro, Portugal. Email: abeatrizcfl@ua.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3836-657X>

2 Universidade de Aveiro, Departamento de Educação e Psicologia, Campus Universitário de Santiago, Aveiro, Portugal. William James Center for Research – WJCR/UA, Portugal. Email: csilva@ua.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1399-6674>

3 Universidade de Évora, Departamento de Psicologia, Centro de Investigação em Educação e Psicologia (CIEP). William James Center for Research – WJCR/UA, Évora, Portugal. Email: anabela.pereira@uevora.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3897-2732>

4 Universidade de Aveiro, Departamento de Educação e Psicologia, Campus Universitário de Santiago, Aveiro, Portugal. Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, CINEICC – Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental, Coimbra, Portugal. Email: drmarques@ua.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3729-0120>

residual. No final do artigo, são referidas as implicações dos resultados para os currículos da formação dos psicólogos bem como perspetivadas consequências para a prática profissional da psicologia.

Palavras-chave: psicofarmacologia; psicologia; formação; Ensino Superior; Portugal.

The teaching of psychopharmacology in the initial training of Portuguese psychologists: State of the art

Abstract

Psychopharmacology is an important scientific field for psychologists' practice. Over the last years, in several countries, there has been given an increasing importance to psychopharmacological training for psychologists. The aim of this paper was to perform a study recurring to an exhaustive analysis of the curricula of all Portuguese Higher Education institutions that teach Bachelor's and Master's Degrees in psychology to verify which of them offer curricular units on psychopharmacology. For that purpose, data from Direção Geral do Ensino Superior (DGES) site and webpages from higher education institutions were collected during the month of July, 2021. The results indicate that training in psychopharmacology does exist, however, it is scarce. Within the 97 Bachelor and Master Degree courses in psychology analyzed, only 11 curricular units about psychopharmacology were identified. From those, three are taught at the same institution. Overall, these data suggest that the training in psychopharmacology given to psychology students is residual. At the end of the article, we discuss implications of these results for psychologists' training and potential consequences for the professional practice of Portuguese psychologists.

Keywords: psychopharmacology; psychology; training; higher education; Portugal.

INTRODUÇÃO

A psicofarmacologia é uma disciplina científica que está intimamente relacionada com a profissão médica, nomeadamente, a psiquiatria (Dubovsky, 2005; Sammons et al., 1996; Stahl, 2008). A partir da década de 50 do século XX, a psiquiatria modificou significativamente o seu arsenal terapêutico com a introdução dos primeiros psicofármacos no mercado, especificamente, dos antipsicóticos de 1ª geração, na altura designados por “neuroléticos” ou “grandes tranquilizantes” (Muse & Moore,

2012). Nascia, assim, aquilo que na literatura viria a ficar conhecido como a “era da psicofarmacologia moderna” (Healy, 2002).

De uma forma simples, pode definir-se psicofarmacologia como a área da farmacologia que estuda o efeito das drogas com ações diretas no sistema nervoso central sobre o comportamento, no seu sentido mais lato (Afonso et al., 2018; Anderson & McAllister-Williams, 2016; Kraly, 2014; Renca et al., 2014; Stahl, 2008, 2014; Stein et al., 2012; Stolerman, 2010).

Alguns autores fazem uma distinção entre psicofármacos e psicotrópicos. Os primeiros englobariam os fármacos especificamente concebidos para tratar problemas psiquiátricos e associados à ação direta sobre o sistema nervoso central, ao passo que os psicotrópicos corresponderiam a uma categoria mais genérica que, para além de incluírem os psicofármacos, incluiriam também outras substâncias com potencial aplicação em saúde mental (e.g., anti-histamínicos, betabloqueadores, etc.) e drogas herbais, como a valeriana, por exemplo, ainda que não tenham sido originalmente concebidas para essa finalidade (Pires, 2018). A este propósito vale a pena ressaltar que cada vez mais é utilizado o termo “neuropsicofarmacologia” para enfatizar a aproximação da neurologia à psiquiatria e a importância de perspetivar as perturbações mentais como perturbações com comprometimento do cérebro e sistema nervoso central.

O comportamento dos fármacos com ação direta sobre o sistema nervoso central é um tema que se cruza com muitas outras disciplinas não médicas, em particular, a psicologia (Evans, 2019; Sammons et al., 2003; Sammons et al., 1996). Atualmente, é interessante constatar que, dentro das principais áreas de especialidade e *settings* da psicologia aplicada, o conhecimento elementar em psicofarmacologia se torna cada vez mais relevante e pertinente, a saber: na *saúde*, em particular, no contexto da saúde mental, dado que grande parte dos doentes está ou já esteve a fazer tratamento farmacológico (Breggin, 2012; Pires, 2018; Sammons et al., 1996); na *educação*, contexto no qual o psicólogo se confronta frequentemente com crianças medicadas para o défice de atenção ou para problemas associados às perturbações do neurodesenvolvimento (DuPaul & Carlson, 2005; Roberts et al., 2009); e nas *organizações*, por exemplo, com os efeitos associados às prescrições farmacológicas, em particular na área da saúde ocupacional, especificamente no desempenho de determinado tipo de funções e tarefas, quando envolve o regime de trabalho por turnos (Wickwire et al., 2017).

O efeito dos fármacos no comportamento tem vindo a suscitar interesse na psicologia de diversas maneiras (Evans, 2019). Historicamente, surge primeiro o conceito de *farmacopsicologia* clínica que se define como uma área dentro da psicologia clínica que se interessa pelos efeitos psicológicos dos medicamentos, oferecendo uma estrutura para a compreensão dos fenómenos clínicos em ambientes médicos e

psiquiátricos. Os domínios desta área abrangem o estudo dos benefícios clínicos das drogas psicotrópicas, das características que predizem a capacidade de resposta ao tratamento, das vulnerabilidades induzidas pelo tratamento (e.g., efeitos adversos) e das interações entre tratamentos farmacológicos e variáveis psicológicas (Bech, 2009; Fava et al., 2017). Uma área relacionada, com emergência a partir da década de 50 do século XX, foi a *farmacologia comportamental*. Esta última resultou da junção entre a análise experimental do comportamento (muito ancorada no paradigma de condicionamento operante) e da farmacologia, centrando-se, grosso modo, no estudo do impacto das variáveis contextuais e do ambiente na ação das drogas (Barrett, 2002; Leonardi & Bravin, 2011). Atualmente, esta é uma designação que tem caído em desuso na literatura, tendo sido integrada no conceito mais amplo de “psicofarmacologia”, ainda que de forma não consensual na comunidade científica (Barrett, 2002).

Nas últimas décadas, a importância do conhecimento sobre psicofarmacologia na formação dos psicólogos deu origem a que, nalguns estados do Estado Unidos da América e, posteriormente noutros países, os psicólogos com formação pós-doutoral especializada em psicofarmacologia adquirissem a competência de prescrição de psicofármacos (Antonuccio et al., 2003; Rodriguez-Menendez et al., 2022; Sammons et al., 2003). Esta realidade motivou a publicação de diversas monografias dirigidas especialmente a psicólogos e outros prescritores não-médicos, adaptando o conhecimento da psicofarmacologia às necessidades particulares destes técnicos (e.g., Evans, 2019; Kelsey et al., 2006; McGrath & Moore, 2010; Muse, 2018; Muse & Moore, 2012; Pagliaro & Pagliaro, 1997, 2015; Patterson et al., 2006; Preston et al., 2017; Schwartz, 2017; Sinacola et al., 2019; Wegmann, 2021).

Em Portugal, a prescrição psicofarmacológica por parte dos psicólogos não é possível. No entanto, algum conhecimento elementar sobre psicofarmacologia direcionada a estes profissionais parece ganhar alguma expressão, ainda que pouco intensa, em meios académicos, com a introdução de algumas disciplinas ou, mais frequentemente, com a adição de módulos específicos, ainda que gerais, sobre esta temática, inseridos noutras unidades curriculares (e.g., neuropsicologia, psicofisiologia, neuropsicopatologia, psicologia da saúde), na formação em psicologia (Marques, 2010; Pires, 2018).

Em 2011, a Associação Americana de Psicologia (APA) publicou um importante artigo na revista “American Psychologist” para orientar os psicólogos na sua relação com a psicofarmacologia, propondo três perfis com funções diferenciadas: “prescribing”, “collaborating” e “providing information”. O primeiro seria o único perfil com autoridade prescritiva, enquanto que o último corresponderia apenas ao psicólogo que tem formação elementar em psicofarmacologia e que poderia aconselhar ou fornecer informação aos doentes sobre questões relacionadas com

os psicofármacos. De forma complementar, refira-se a proposta de Kinghorn e Nussbaum (2021), destinada a internos de psiquiatria e psiquiatras, de passar de um modelo de clínicos “distribuidores” (*dispensers*) a clínicos “colaboradores” (*collaborators*). Desde 2020, a Associação Americana de Psicologia (APA) reconheceu a psicofarmacologia clínica como uma área de especialidade da psicologia, definindo-a como uma especialidade dentro da psicologia clínica, dedicada ao estudo e à utilização terapêutica de medicação psicotrópica na sua interação com as intervenções psicológicas para o tratamento de perturbações mentais e promoção da saúde e bem-estar geral do doente (APA, 2021). Esta especialidade encontra-se relacionada com a Divisão 55 da APA denominada “The Society for Prescribing Psychology” que visa, entre outras coisas, promover o estudo da associação entre tratamentos psicológicos e psicofarmacológicos (APA, 2022).

Nesta linha, podem-se apontar várias razões para o profissional de psicologia possuir conhecimentos de psicofarmacologia: a maioria dos doentes que consulta o psicólogo tende a vir medicada (Pires, 2018); o doente solicita frequentemente aconselhamento sobre psicofármacos ao psicólogo; os efeitos adversos e da descontinuação das drogas psiquiátricas (Breggin, 2012; Breggin & Cohen, 2007); os efeitos psicológicos de sugestão (efeito placebo e efeito nocebo) e o seu impacto nas “expectativas de cura” (Kirsch, 2001); a solicitação de apoio do psicólogo, por parte dos médicos, para problemáticas em torno da adesão à medicação e à terapêutica (Bento, 2019); o impacto da medicação psiquiátrica em tarefas de avaliação psicológica; e a interferência dos psicofármacos com as terapêuticas psicológicas (Oliveira et al., 2014). A propósito deste último ponto, talvez um dos mais relevantes, vejam-se dois exemplos simples: (1) a experiência clínica de fazer exposição com prevenção de resposta a um doente com perturbação obsessivo-compulsiva é diferente consoante o doente esteja ou não medicado e até consoante a medicação que este esteja a tomar; e (2) a aplicação de métodos de reestruturação cognitiva em doentes a tomar *diazepam* pode resultar num efeito clinicamente diferente caso esses mesmos doentes estejam a tomar *alprazolam*, por exemplo, ainda que os doentes possam estar corretamente medicados. Isto porque o *diazepam* compromete significativamente mais as funções executivas e as capacidades cognitivas dos doentes comparativamente ao *alprazolam*, o que afeta diferencialmente os recursos cognitivos necessários para se aplicarem métodos de reestruturação cognitiva com eficácia (Marques, 2010; Spiegel & Bruce, 1997). Este conhecimento pode ajudar a balizar as expectativas do psicólogo, do médico prescriptor que pode eventualmente ter solicitado o acompanhamento psicológico e, em última análise, do próprio doente (Bento, 2019). A acrescentar a este cenário, deve referir-se o elevado consumo de psicofármacos que se tem registado em Portugal, sobretudo no que toca às benzodiazepinas e aos antidepressivos (Programa Nacional para a Saúde Mental, 2016).

Por exemplo, o relatório da OECD (2019) refere que, entre 2000 e 2017, o consumo de antidepressivos mais do que triplicou em Portugal.

Aquilo que tem sido descrito nas últimas décadas é uma escassez de formação pré e pós-graduada dos psicólogos portugueses neste domínio (Marques, 2010; Pires, 2018). Esta falta de conhecimentos e a sua importância é bem visível, por exemplo, quando os estudantes iniciam um estágio curricular e se deparam com a necessidade de compreenderem relatórios médicos ou com a história clínica dos doentes que observam neste âmbito, dado que grande parte destes se encontram medicados, sobretudo se nos referirmos aos estágios académicos em contextos clínicos e da saúde.

Dada a relevância que a psicofarmacologia parece cada vez mais assumir no espaço de formação dos psicólogos, será importante perceber de que maneira e em que grau o conhecimento sobre psicofarmacologia está contemplado na formação inicial (licenciatura e mestrado) dos psicólogos portugueses. Em 2010, foi feito um primeiro levantamento exploratório das unidades curriculares sobre psicofarmacologia em cursos de licenciatura e mestrado em psicologia ministrados em instituições públicas e privadas portuguesas, tendo-se verificado que, na sua maioria, as poucas opções existentes eram de carácter opcional e lecionadas em instituições de Ensino Superior privadas (Marques, 2010).

Em suma, o objetivo central do presente estudo é atualizar e aprofundar o estudo de Marques (2010), identificando unidades curriculares que incidam especificamente sobre psicofarmacologia nos cursos de 1º e 2º ciclos (licenciaturas e mestrados) em psicologia, ministrados em instituições de Ensino Superior portuguesas a partir do ano letivo 2021/2022.

MÉTODOS

Amostra

A amostra deste estudo é constituída pelas 29 instituições de Ensino Superior que lecionam psicologia, correspondendo 12 (41.3%) a escolas públicas e 17 (58.7%) a escolas privadas. No total, foram considerados 97 cursos de licenciatura e mestrado em psicologia (mestrados profissionalizantes conducentes ao acesso à profissão de psicólogo) que são ministrados em instituições de Ensino Superior, correspondendo 31 (32%) a cursos do 1º ciclo e 66 (68%) a cursos do 2º ciclo. Quarenta e três (44.3%) dos cursos são ministrados em instituições públicas e 54 (55.6%) em instituições privadas.

Critérios de inclusão

Para este estudo foi considerado o cenário previsto para o ano letivo 2021/2022 das instituições de Ensino Superior portuguesas, sendo estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: (1) possuir no mínimo um curso de 1º ciclo em psicologia e/ou um curso de 2º ciclo em psicologia; (2) oferecer uma unidade curricular específica de psicofarmacologia ou área similar; (3) a unidade curricular lecionada poder ser lecionada na licenciatura ou no mestrado; e (4) a unidade curricular poder ser obrigatória ou opcional.

As unidades curriculares dos programas doutorais em psicologia foram propositalmente excluídas desta análise, assim como os mestrados em psicologia que não conferissem acesso à profissão de psicólogo.

Procedimentos

Os dados foram recolhidos através da consulta do sítio da Direção Geral do Ensino Superior – DGES (<https://www.dges.gov.pt/pt>) e dos sítios oficiais das instituições de Ensino Superior durante o mês de julho de 2021. Em setembro do mesmo ano, foi feita nova verificação. Dois autores (ABL e DRM) realizaram as pesquisas de forma independente, sendo discutidas, posteriormente, as discordâncias até se chegar a um consenso. Os documentos finais e que foram analisados foram constituídos como o *corpus* do trabalho. Quando foram identificadas informações em falta, foram contactos diretamente os docentes das unidades curriculares em causa ou, nessa impossibilidade, os diretores dos cursos em que essas disciplinas eram lecionadas.

Para a análise e elaboração do presente estudo, seguimos de perto a metodologia que Castro et al. (2020) e Cordeiro et al. (2018) privilegiaram para efetuarem uma análise similar, mas respeitante à psicologia vocacional e de desenvolvimento da carreira.

RESULTADOS

Relativamente à representação da psicofarmacologia nas diversas ofertas formativas públicas e privadas nos cursos de licenciatura e mestrado em Portugal, identificaram-se 11 unidades curriculares. Apenas sete (24%) escolas de psicologia oferecem alguma formação em psicofarmacologia, sendo apenas duas em 12 (16%) em instituição públicas e sete em 17 (41%) em escolas privadas. Da totalidade das unidades curriculares identificadas, quatro são lecionadas em universidades públicas e sete em universidades privadas. Quanto à duração, todas elas são semestrais, à

exceção da unidade curricular de “Psicofarmacologia” referente ao Mestrado em Intervenções Cognitivo-Comportamentais em Psicologia Clínica e da Saúde (2º Ciclo) e ao Mestrado em Psicologia Clínica Forense (2º Ciclo) da Universidade de Coimbra, que é trimestral; quanto ao tipo, cinco são obrigatórias e seis são opcionais. De destacar também que apenas três das dez unidades curriculares são lecionadas no âmbito de licenciaturas. Importa realçar que só uma das instituições (i.e., FPCE-Universidade de Coimbra) oferece três das dez unidades curriculares em psicofarmacologia disponíveis em Portugal (cf. Tabela 1). Adicionalmente, verificou-se que a formação dos docentes das unidades curriculares é variável, indo da medicina à psicologia, sendo que, no caso da medicina, a especialidade de psiquiatria e psiquiatria da infância e da adolescência são as mais expressivas.

Tabela 1

Instituições de Ensino Superior com unidades curriculares sobre psicofarmacologia em cursos de 1º e 2º ciclos em psicologia (ano letivo 2021/2022)

Instituição	Tipo de Ensino	Unidade Curricular	Grau de Estudos	Regime	Tipo	Créditos ECTS	Área do(s) Docente(s)
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra	Público	Bases de Psicofarmacologia	Licenciatura (1º Ciclo)	Semestral	Opcional	6.0	Psicologia
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra	Público	Psicofarmacologia Clínica para Psicólogos	Licenciatura (1º Ciclo)	Semestral	Opcional	6.0	Psicologia
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra	Público	Psicofarmacologia	Mestrado em Intervenções Cognitivo-Comportamentais em Psicologia Clínica e da Saúde (2º Ciclo) e Mestrado em Psicologia Clínica Forense (2º Ciclo)	Trimestral	Opcional	3.0	Medicina (Psiquiatria)
Universidade do Minho	Público	Psicofarmacologia	Mestrado em Psicologia Clínica e Psicoterapia de Adultos (2º Ciclo)	Semestral	Obrigatória	6.0	Psicologia

Tabela 1 (continuação)

Instituições de Ensino Superior com unidades curriculares sobre psicofarmacologia em cursos de 1º e 2º ciclos em psicologia (ano letivo 2021/2022)

Instituição	Tipo de Ensino	Unidade Curricular	Grau de Estudos	Regime	Tipo	Créditos ECTS	Área do(s) Docente(s)
Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra	Privado	Psicofarmacologia	Licenciatura em Psicologia (1º Ciclo)	Semestral	Obrigatória	5.0	Psicologia
Universidade Católica Portuguesa, Porto	Privado	Psicofarmacologia	Mestrado em Psicologia, especialização em Psicologia Clínica e da Saúde (1º Ciclo)	Semestral	Obrigatória	3.0	Medicina (Psiquiatria da Infância e Adolescência)
Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões	Privado	Introdução à Psicofarmacologia	Mestrado em Psicologia Clínica e de Aconselhamento (2º Ciclo)	Semestral	Obrigatória	5.0	Medicina (Neurocirurgia)
Universidade Fernando Pessoa, Porto	Privado	Fármacos em Psicologia	Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde (2º Ciclo)	Semestral	Obrigatória	4.0	Medicina (Medicina Interna)
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa	Privado	Psicofarmacologia	Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde (2º Ciclo)	Semestral	Opcional	5.0	Medicina (Psiquiatria da Infância e Adolescência)
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa	Privado	Neuropsicofarmacologia	Mestrado em Neuropsicologia Aplicada (2º Ciclo) e Mestrado em Ciberterapia e Reabilitação Neurocognitiva (2º Ciclo)	Semestral	Opcional	5.0	Medicina (Psiquiatria da Infância e Adolescência)
Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) + ICS da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa	Privado	Psicofarmacologia	Mestrado em Neuropsicologia (2º Ciclo)	Semestral	Opcional	3.0	Medicina (Psiquiatria)

DISCUSSÃO

O objetivo central deste trabalho foi identificar as disciplinas que incidem sobre psicofarmacologia nos planos curriculares de licenciaturas e mestrados em psicologia, lecionados por instituições de Ensino Superior portuguesas.

Os resultados obtidos neste levantamento sugerem que a psicofarmacologia tem ainda pouca expressão nos currículos dos cursos de psicologia. No entanto, deve sublinhar-se a preocupação que algumas instituições parecem dar a esta área, algo que parece ser evidenciado pelo caráter obrigatório dessas unidades curriculares nalgumas escolas. Comparativamente aos dados reportados em Marques (2010), verifica-se que existem menos unidades curriculares atualmente e que aproximadamente metade da oferta formativa continua a ser de caráter opcional e oferecida maioritariamente por instituições de ensino particulares/privadas. A este propósito deve referir-se que as unidades curriculares opcionais podem, pelo menos nalguns casos, não ser disponibilizadas aos estudantes todos os anos, alternando com outras unidades curriculares que a instituição disponibilize. Este cenário torna ainda mais frágil a oferta e o contacto dos estudantes de psicologia com conteúdos da psicofarmacologia.

A questão que surge desta análise é por que razão tão poucas instituições oferecem unidades curriculares/formação ao nível da psicofarmacologia. Duas razões poderão ser apontadas: por um lado, uma aposta das instituições mais focada em disciplinas nas quais os psicólogos terão um papel mais ativo ou direto, isto é, com uma componente de avaliação e intervenção psicológicas; e, por outro lado, a não priorização da psicofarmacologia dado que essa formação poderá/deverá ser procurada posteriormente pelos psicólogos interessados em cursos de pós-graduação ou de especialização, por exemplo.

Se é verdade que o direito de prescrição psicofarmacológica concedido aos psicólogos nalguns países tem gerado polémica e acessos debates (Antonuccio et al., 2003; Rodriguez-Menendez et al., 2022), parece-nos indiscutível a importância da formação em psicofarmacologia pelo menos na ótica do “conhecedor” aos psicólogos, da mesma maneira que o conhecimento dos tratamentos psicológicos baseados na evidência deverão ser conhecidos dos médicos psiquiatras e outros técnicos de saúde mental, independentemente de terem competência científica e legal para os aplicarem.

Obviamente que existem diferenças entre ser um especialista em psicofarmacologia ou um simples “conhecedor”. Pensamos que este grau mínimo de conhecimentos em psicofarmacologia se torna imprescindível em qualquer contexto de atuação profissional do psicólogo, em consonância com o que a APA (2011) sugere como a função “providing information”. Deste modo, temas como o entendimento

estratégico das prescrições como, por exemplo, a noção de que o efeito adverso de uma determinada substância pode ser estrategicamente utilizado como efeito terapêutico nalguns casos (e.g., *trazodona* utilizada para lidar com dificuldades em iniciar o sono dada a marcada sonolência – efeito adverso – que provoca enquanto antidepressivo, ainda que não seja um fármaco destinado a tratar insónia) ou que, consoante a dosagem do fármaco podem-se obter efeitos terapêuticos diferentes, o que explica, por exemplo, que fármacos como a *quetiapina* sejam utilizados como hipnóticos, antidepressivos e/ou antipsicóticos, consoante a dosagem vai aumentando (Stahl, 2008, 2014). Nesta linha, existe já uma proposta de que as habituais classes farmacológicas (e.g., antipsicóticos, antidepressivos, estabilizadores de humor, sedativos-hipnóticos, psicoestimulantes, etc.) sejam substituídas por *Neuroscience based Nomenclature* (NbN), ou seja, pelos princípios neuroquímicos associados aos fármacos, evitando confusões concetuais e terminológicas (Stahl, 2016), inclusivamente para psicólogos que se iniciam no estudo desta área.

Nos próximos anos será relevante ponderar sobre o papel que a psicofarmacologia pode ou não ter na formação dos psicólogos portugueses, nomeadamente, refletir criticamente em que grau de ensino deve ser ensinada (licenciatura, mestrado, curso pós-mestrado), com que profundidade (semestral, repartida com outra temática ou inserida noutras unidades curriculares, etc.), em que regime (unidade curricular obrigatória ou opcional), por quem (médicos psiquiatras, médicos de outra especialidade, psicólogos, etc., ou em parcerias) e em que contextos (i.e., em que área(s) de especialização de mestrado).

A importância das variáveis psicológicas para a prescrição psicofarmacológica tem assumido um papel tão relevante que, mesmo em relação aos médicos psiquiatras, alguns autores propõem uma formação sólida destes em “psicologia da psicofarmacologia” (Mintz, 2005).

Algumas limitações inerentes ao presente trabalho são a possível desatualização dos programas curriculares disponibilizados por algumas instituições de ensino que não apresentaram mudanças curriculares, contrariamente àquilo que se passou noutras instituições com o término dos mestrados integrados (mesmo em planos curriculares atuais disponíveis nos *websites* das instituições há sempre a possibilidade de haver algumas alterações nos conteúdos); e a possibilidade de os conteúdos relacionados com psicofarmacologia poderem estar integrados ou ser abordados noutras unidades curriculares cujo nome não faça referência explícita à mesma (e.g., psicofisiologia, neuropsicologia, etc.). Além disso, o estudo apenas teve em consideração o ano letivo 2021/2022, sendo, por isso, reduzido o número de documentos.

De futuro, será importante, por exemplo, fazer um inquérito a psicólogos diplomados já inseridos no mercado de trabalho e a exercer psicologia, questionando-

-os sobre a necessidade/pertinência de formação na área da psicofarmacologia e de que maneira percebem esse conhecimento como necessário e importante na formação básica dos psicólogos, assim como a análise da potencial relevância desses conhecimentos para o contexto no qual exercem psicologia atualmente. Por fim, seria também relevante explorar junto dos psicólogos que tiveram unidades curriculares sobre psicofarmacologia na sua formação inicial, em que medida os conhecimentos adquiridos nestas foram/são úteis e pertinentes para o seu campo de atuação atual.

Esperamos que este estudo possa sensibilizar as instituições do Ensino Superior para a necessidade de integrarem a psicofarmacologia nos seus currículos académicos e científicos, ou pelo menos, estimular a discussão em torno do tema. No entanto, devemos ter presente que a maneira específica pela qual a psicofarmacologia pode ser integrada eficaz e eficientemente nas formações em psicologia deverá merecer reflexões aprofundadas no futuro.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos docentes e coordenadores de curso que, após serem contactados, gentilmente forneceram informações adicionais para que se pudesse caracterizar as unidades curriculares de psicofarmacologia.

REFERÊNCIAS

- Afonso, P., Figueira, M. L., Teixeira, J., & Palha, A. (2018). *Manual de psicofarmacologia na prática clínica*. Lidel.
- American Psychological Association (2011). Practice guidelines regarding psychologists' involvement in pharmacological issues. *American Psychologist*, 66(9), 835-849. <https://doi.org/10.1037/a0025890>
- American Psychological Association (2021). *Recognized specialties, subspecialties, and proficiencies in professional psychology*. <https://www.apa.org/ed/graduate/specialize/recognized>
- American Psychological Association (2022). *The society for prescribing psychology*. <https://www.apa-divisions.org/division-55/about>
- Anderson, I., & McAllister-Williams, R. (2016). *Fundamentals of clinical psychopharmacology* (4^a ed.). CRC Press.
- Antonuccio, D. O., Danton, W. G., & McClanahan, T. M. (2003). Psychology in the prescription era: Building a firewall between marketing and science. *American Psychologist*, 58(12), 1028-1043. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.58.12.1028>
- Barrett, J. (2002). The emergence of behavioral pharmacology. *Molecular Interventions*, 2(8), 470-475. <https://doi.org/10.1124/mi.2.8.470>

- Bech, P. (2009). Applied psychometrics in clinical psychiatry: The pharmacopsychometric triangle. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 120(5), 400-409. <https://doi.org/10.1111/j.1600-0447.2009.01445.x>
- Bento, L. (2019). Psicoterapia e psicofarmacologia. In D. Neto & T. Baptista (Eds.), *Psicoterapias cognitivo-comportamentais: Intervenções clínicas* (Vol. 1) (pp. 471-523). Edições Sílabo.
- Breggin, P. (2012). *Psychiatric drug withdrawal: A guide for researchers, therapists, patients and their families*. Springer.
- Breggin, P., & Cohen, D. (2007). *Your drug may be your problem: How and why to stop taking psychiatric medications*. Da Capo Lifelong Books.
- Castro, I., Soares, J., Silva, A., & Marques, C. (2020). Psicologia vocacional no ensino da psicologia em Portugal, *Psicologia*, 34(2), 215-224. <https://doi.org/10.17575/psicologia.v34i2.1652>
- Cordeiro, S., Rodrigues, B., M. C., Cunha, Marques, C., Oliveira, I., Silva, A., & Miranda, M. (2018). Ensino da psicologia e da psicologia da carreira: O presente e implicações futuras. *Psique*, XIV, 40-45. <https://doi.org/10.26619/2183-4806.14.3>
- Dubovsky, S. L. (2005). Who is teaching psychopharmacology? Who should be teaching psychopharmacology? *Academic Psychiatry*, 29(2), 155-161. <https://doi.org/10.1176/appi.ap.29.2.155>
- DuPaul, G. J., & Carlson, J. S. (2005). Child psychopharmacology: How school psychologists can contribute to effective outcomes. *School Psychology Quarterly*, 20(2), 206-221. <https://doi.org/10.1521/scpq.20.2.206.66511>
- Evans, S. (2019). *APA handbook of psychopharmacology*. American Psychological Association.
- Fava, G., Tomba, E., & Bech, P. (2017). Clinical pharmacopsychology: Conceptual foundations and emerging tasks. *Psychotherapy and Psychosomatics*, 86(3), 134-140. <https://doi.org/10.1159/000458458>
- Healy, D. (2002). *The creation of psychopharmacology*. Harvard University Press.
- Kelsey, J., Newport, D., & Nemeroff, C. (2006). *Principles of psychopharmacology for mental health professionals*. Wiley.
- Kinghorn, W., & Nussbaum, A. (2021). *Prescribing together: A relational guide to psychopharmacology*. American Psychiatric Association Publishing.
- Kirsch, I. (2001). *The emperor's new drugs: Exploding the antidepressant myth*. Basic Books.
- Kraly, F. (2014). *Psychopharmacology problem solving: Principles & practices to get it right*. W. W. Norton & Company.
- Leonardi, J., & Bravin, A. (2011). Uma introdução à farmacologia comportamental. *Interação em psicologia*, 15(2), 193-201. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v15i2.20514>
- Marques, D. (2010). Algumas linhas orientadoras em terapia cognitivo-comportamental: Dos manuais à prática clínica (II). *Psiquiatria Clínica*, 31(2), 155-163.
- McGrath, R., & Moore, B. (2010). *Pharmacotherapy for psychologists: Prescribing and collaborative roles*. American Psychological Association.
- Mintz, D. (2005). Teaching the prescriber's role: The psychology of psychopharmacology. *Academic Psychiatry*, 29(2), 187-194. <https://doi.org/10.1176/appi.ap.29.2.187>
- Muse, M. (Ed.) (2018). *Cognitive behavioral psychopharmacology: The clinical practice of evidence-based biopsychosocial integration*. Wiley, Blackwell.
- Muse, M., & Moore, B. (2012). *Handbook of clinical psychopharmacology for psychologists*. Wiley.
- OECD (2019). *Health at a glance 2019: OECD indicators*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/4dd50c09-en>
- Oliveira, I., Schwartz, T., & Stahl, S. (2014). *Integrating psychotherapy and psychopharmacology: A handbook for clinicians*. Routledge.
- Pagliaro, L., & Pagliaro, A. (1997). *The pharmacologic basis of psychotherapeutics*. Taylor & Francis.

- Pagliari, L., & Pagliaro, A. (2015). *PPDR - Psychologists' psychotropic drug reference*. Routledge.
- Patterson, J., Albala, A., McCahill, M., & Edwards, T. (2006). *The therapist's guide to psychopharmacology: Working with patients, families, and physicians to optimize care*. The Guilford Press.
- Pires, C. L. (2018). *Psicofarmacologia para psicólogos e outros não prescritores*. Textiverso.
- Preston, J., O'Neal, J., & Talaga, M. (2017). *Handbook of clinical psychopharmacology for therapists* (8ª ed.). New Harbinger Publications.
- Programa Nacional para a Saúde Mental (2016). *Portugal: Saúde mental em números-2015*. Direção-Geral da Saúde. <https://www.saudementalpt.pt/backoffice/pdfs/1dc5e2c84d.pdf>
- Renca, S., Lagarto, L., & Cerejeira, J. (2014). Fundamentos de psicofarmacologia e outras terapêuticas biológicas. In J. Cerejeira & C. B. Saraiva (Coords.), *Psiquiatria fundamental* (pp. 71-96). LIDEL.
- Roberts, H., Floress, M., & Ellis, C. (2009). Training school psychologists in psychopharmacology consultation. *Psychology in the Schools*, 46(9), 827-835. <https://doi.org/10.1002/pits.20423>
- Rodriguez-Menendez, G., Shelton, S., Steinman, J., Barr, M., Cunningham, A., Glaser, D., Masson, T., McGrath, B., Nealon, M., Bray, J. H., DeLeon, P., Moore, B. A., & Rom-Rymer, B. N. (2022). Toward a new predoctoral model: Education and training in clinical psychopharmacology. *Experimental and Clinical Psychopharmacology*, 30(1), 93-105. <https://doi.org/10.1037/pha0000514>
- Sammons, M., Levant, R., & Paige, R. (Eds.). (2003). *Prescriptive authority for psychologists: A history and guide*. American Psychological Association.
- Sammons, M. T., Sexton, J. L., & Meredith, J. M. (1996). Basic science training in psychopharmacology. How much is enough? *The American Psychologist*, 51(3), 230-234. <https://doi.org/10.1037//0003-066x.51.3.230>
- Schwartz, T. (2017). *Practical psychopharmacology: Basic to advanced principles*. Routledge.
- Sinacola, R., Peters-Strickland, T., & Wyner, J. (2019). *Basic psychopharmacology for mental health professionals* (3ª ed.). Pearson.
- Spiegel, D., & Bruce, T. (1997). Benzodiazepines and exposure-based cognitive behavior therapies for panic disorder: Conclusions from combined treatment trials. *American Journal of Psychiatry*, 154(6), 773-781. <https://doi.org/10.1176/ajp.154.6.773>
- Stahl, S. (2008). *Stahl's essential psychopharmacology: Neuroscientific basis and practical applications* (3ª ed.). Cambridge University Press.
- Stahl, S. (2014). *Prescriber's guide* (5ª ed.). Cambridge.
- Stahl, S. (2016). Using neuroscience for naming psychotropic drugs. *CNS Spectrums*, 21(3), 219-220. <https://doi.org/10.1017/S1092852916000237>
- Stein, D., Lerer, B., & Stahl, S. (2012). *Essential evidence-based psychopharmacology* (2ª ed.). Cambridge.
- Stolerman, I. (Ed.) (2010). *Encyclopedia of psychopharmacology* (Vol. I e II). Springer.
- Weggmann, J. (2021). *Psychopharmacology: Straight talk on mental health medications* (4ª ed.). PESI Publishing, Inc.
- Wickwire, E. M., Geiger-Brown, J., Scharf, S. M., & Drake, C. L. (2017). Shift work and shift work sleep disorder: Clinical and organizational perspectives. *Chest*, 151(5), 1156-1172. <https://doi.org/10.1016/j.chest.2016.12.007>